

26 DEZ 1991

JORNAL DO BRASIL

Reajuste de 102% eleva salário de deputado ^{Congresso} para Cr\$ 5 milhões

BRASÍLIA — Os deputados aprovaram ontem um aumento de 102% para seus salários. Um deputado que ganha hoje cerca de Cr\$ 2,6 milhões passará a receber Cr\$ 5,2 milhões. Na mesma sessão, os parlamentares aprovaram aumento de 20% para o funcionalismo público dos três poderes, a ser pago na folha de dezembro. A proposta, decidida a portas fechadas por todos os líderes na sala do presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), foi parcamente divulgada pelos deputados.

Com exceção do PT, todos os partidos defenderam o aumento dos salários dos deputados. Ibsen Pinheiro disse que a decisão foi “correta e justa e pode ser sustentada à luz do sol”. Num discurso, ele classificou a situação salarial dos deputados de “peculiar, fora do archo do resto da população”. Para o PT, o índice adequado para os deputados

era 62%, o mesmo dos funcionários do Legislativo. Como represália aos petistas, as outras bancadas aprovaram uma emenda ao projeto que garante ao deputado descontente o direito de devolver a verba de representação por meio de ofício à mesa da Câmara. O deputado Mendes Thame (PSDB-SP) enviou ofício à mesa, ontem mesmo, propondo a devolução.

Assessores da mesa da Câmara admitiram que alguns deputados tentaram ainda aplicar a seus salários o percentual de 20%, dado aos servidores, o que elevaria os ganhos para Cr\$ 6,3 milhões. Mas logo se esclareceu que os 20% estão embutidos nos 102%.

Pela proposta do governo, aprovada pelos deputados, um terço do funcionalismo público federal (1,4 milhão de pessoas) terá aumento diferenciado, ou seja, acima dos 20%. É o caso dos

secretários da Presidência da República, que ganharam aumento de 99,86%; dos diplomatas, que receberam 28,3%; do secretário-geral da Presidência da República, que ficou com 105,55%; e dos PCC (funcionários de menor remuneração), que foram contemplados com 62%.

Além dos PCC, cerca de 215 mil servidores do Executivo, todos os funcionários do Judiciário e do Ministério Público, além do Legislativo tiveram 62% de reajuste sobre o salário de dezembro. Esse grupo vai receber, ainda, 35% retroativos aos vencimentos de novembro. Esse percentual também será pago aos deputados. Com exceção dos aumentos do Legislativo, que foram votados através de projeto de resolução, todos os outros têm que ser sancionados pelo presidente da República.